

## **ABCE ONLINE EDIÇÃO 229**

### **1ª REUNIÃO DO FÓRUM DE MEIO AMBIENTE DO SETOR ELÉTRICO APRESENTA TEMAS QUE SERÃO TRATADOS COM PRIORIDADE PELO GRUPO EM 2008**

A apresentação e a definição de estratégias para os principais temas conduzidos pelo Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico marcaram a primeira reunião do ano, realizada em 21 de fevereiro, na sede da ABCE, em São Paulo. A Abal (Associação Brasileira do Alumínio) foi anunciada por Sílvia Calou, diretora executiva da ABCE e coordenadora do Fórum, como a mais nova integrante do grupo que passou a representar 13 entidades ligadas ao setor elétrico. A Associação será representada por Adjarma Azevedo, que também atua no Fórum em nome da Abrace.

#### **Compensação Ambiental**

O Workshop do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico sobre Compensação Ambiental reuniu as apresentações de Decio Michellis, secretário executivo do Fórum, que tratou dos aspectos técnicos da compensação e o contexto de sua aplicação para a criação e manutenção de unidades de conservação; Alacir Borges, consultora contratada pelo Fórum, que apresentou o mandado de segurança impetrado (proposto) pela ABCE para impedir a cobrança de um índice de compensação ambiental superior aos 0,5% do valor dos empreendimentos; e Sandro Massei, advogado para os setores Regulatório e Ambiental do Siqueira Castro Advogados, escritório contratado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), que propôs uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) para questionar a constitucionalidade da compensação ambiental. Os palestrantes fizeram uma introdução sobre o histórico da instituição do índice e as perspectivas ligadas ao estabelecimento, em lei, de um teto para a compensação ambiental.

#### **Outros temas**

GEE (Gases de Efeito Estufa), Lei da Mata Atlântica, Empreendimentos em Terras Indígenas, PNAP (Plano Nacional de Áreas Protegidas) e agenda de reuniões junto aos órgãos de governo para tratar do Licenciamento Ambiental foram outros assuntos foco de atenção dos membros do Fórum. São temas para os quais todas as entidades envolvidas buscam soluções, objetivando o tratamento racional dos interesses sociais e econômicos envolvidos.

#### **GEE**

Recentemente, o Fórum encaminhou uma carta à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, manifestando-se contra a proposta de divisão do setor nacional em quatro submercados para o estabelecimento dos fatores de emissão de CO<sub>2</sub>. A partir desta semana, os membros do grupo se reunirão com representantes de órgãos de governo para enfatizar que a atual proposta levará o país a perder créditos de carbono porque as subdivisões diminuem a capacidade de geração de créditos pelos empreendimentos. Como alternativa, o Fórum propõe um fator de emissão único para o sistema interligado porque essa equivale à opção com maior potencial de geração de créditos de carbono, e conseqüentemente, maior aporte de capital para o país. A medida também incentiva o desenvolvimento de projetos com base em fontes renováveis.

#### **Lei da Mata Atlântica**

O decreto que regulamenta a Lei no. 11.428/06, mais conhecida com Lei da Mata Atlântica, foi debatido pelo grupo e receberá a análise de alguns pontos. Por ser um assunto que afeta não apenas o setor elétrico, mas demais segmentos produtivos, o tema deve ser também levado por Sílvia ao Coema (Conselho Temático Permanente de Meio Ambiente) da CNI. A diretora executiva da ABCE foi recentemente nomeada Conselheira do Coema para representar o setor elétrico no grupo que congrega entidades representantes de

diversos setores econômicos para o acompanhamento da legislação e o desenvolvimento de propostas de estímulo a práticas voltadas para a eficiência no uso dos recursos naturais e aumento da competitividade da indústria nacional.

### **Empreendimentos em Terras Indígenas e PNAP**

A discussão sobre os empreendimentos do setor elétrico em terras indígenas ressaltou a proposta de regulamentação do Artigo 231 da Constituição Federal de 1988. Hoje, não há enquadramento jurídico para uma possível compensação financeira a ser transferida das empresas para as comunidades indígenas pela utilização de suas terras para projetos de infra-estrutura, nem mesmo aqueles considerados de utilidade pública. Finalmente, em relação ao PNAP, o Fórum espera conduzir uma proposta para a declaração de utilidade pública dos potenciais hídricos do país, preservando o direito à exploração dessas áreas para a geração de energia, uma vez que a inclusão desses potenciais no Plano Nacional de Áreas Protegidas restringirá os estudos sobre a potencialidade de geração de energia dessas regiões e impedirá a instalação de qualquer empreendimento, mesmo que de interesse nacional.

**Produção e edição:**  
**Moraes Mahlmeister Comunicação**  
[juliana@abce.org.br](mailto:juliana@abce.org.br)